

ESTILO E FORMA NA INVESTIGAÇÃO DA COMPULSÃO LÓGICA

João José de Almeida
FCA/Unicamp
joaojose@unicamp.br

Não é incomum descobrir na literatura acerca da filosofia da matemática de Wittgenstein uma certa confusão entre doutrina e atitude. Ela se expressa numa sub-reptícia transformação das investigações conceituais do autor em novas teorias filosóficas. Um caso clássico é o de Dummett (1978),¹ que supõe que o filósofo adota, relativamente à discussão sobre a necessidade lógica, uma posição de construtivismo extremo, que se deriva de uma convicção convencionalista particular, que ele batiza de “convencionalismo puro-sangue” (p. 170). Segundo o Wittgenstein de Dummett, a necessidade lógica de qualquer enunciado é sempre a expressão *direta* de uma convenção linguística, isto é, de uma decisão individual de aderir a uma determinada convenção e tratar um certo enunciado como irrefutável. Esta suposta explicação wittgensteiniana, como demonstra o excelente artigo de Rosa (2010), serve tanto para o debate com o convencionalismo platônico quanto com o convencionalismo do positivismo lógico, que, embora sejam teorias antagônicas pelo aspecto construtivo (a primeira supõe uma existência independente dos objetos matemáticos, e a segunda, a nossa fabricação), explicam ambas a necessidade lógica de um ponto de vista externo (um terceiro reino, no primeiro caso, ou a linguagem, no último). Diferente dessas versões, o convencionalismo puro-sangue estabelece uma relação interna entre convenção e aplicação da regra, mas no debate teórico não escapa, tampouco, de uma nova dificuldade, decorrente desta vez da consequência relativista solidária de decisões diretas e individuais.

À parte a relevância de discussões doutrinárias, o que causa surpresa na interpretação de Dummett é que uma investigação de um conceito filosófico num texto de Wittgenstein pouco dirá ao leitor sobre a composição, as propriedades e os fundamentos dos enunciados gramaticais, que o filósofo sempre utiliza para dissipar o nevoeiro teórico das doutrinas que discute. “Minhas exposições matemáticas devem horrorizar ao matemático” (BT, p. 644),² diz o filósofo consciente dos efeitos do seu método para a filosofia incrustada na matemática. A leitura doutrinária simplesmente não se coaduna com o método wittgensteiniano de trazer uma filosofia do patamar abstrato dos conceitos gerais para o piso concreto das aplicações práticas. Em Wittgenstein, aparentemente, tudo se resume a “destruir tudo o que parece interessante” (IF § 118). Todo o esforço consiste em mostrar o hábito, o costume, o treino, ou a reação instintiva na aplicação do conceito, para desnudar assim, mediante o artifício pragmático, o funcionamento da linguagem das suas vestimentas teóricas. E nada mais. Nada existe no plano construtivo, como era, talvez, de se esperar. Nenhum convencionalismo. Nenhum movimento a mais senão dizer que “o ensino da linguagem aqui não é uma explicação” (IF § 5). Como já sabia Dummett, desde então (p. 167-168), mas não acreditava realmente,³ Wittgenstein “deixa a matemática como está” (IF § 124), e trata as suas investigações nesta área apenas como uma “matemática infantil” ou, melhor, apenas como “começos da matemática” (MS 169, p. 36v).⁴

Contudo, o que é notório no artigo de Dummett não é exatamente a incongruência de supor em Wittgenstein uma doutrina, o que, por outro lado, parece a atitude mais natural

de qualquer leitor desavisado diante do texto de um filósofo reconhecido, mas a sua desconfiança com relação à natureza do *texto* de Wittgenstein. Os adjetivos “impreciso, obscuro, contraditório, inconcluso” (p. 166) são indubitáveis em mostrar que o erro básico do autor consistiu, antes, na maneira como leu as OFM. A peculiaridade do texto deveria tê-lo conduzido a modificar suas pressuposições mais imediatas. Mas, em vez disso, assumiu que o texto era o de um livro mal-acabado, e, para piorar, supôs, ademais, que as OFM e as IF, bem mais “claras” e “profundas” a seu ver, eram, por isso, obras completamente distintas (p. 166). O leitor que se envolve mais seriamente com o texto de Wittgenstein, no entanto, questionará suas pressuposições mais imediatas e perceberá outro tipo de relação interna entre os elementos que caracterizam o texto e as seções das OFM. Perceberá também outra forma de relação entre as OFM, como um todo, e as IF. Para provar este ponto, este artigo pretende analisar a relação entre o texto e o leitor em dois trechos, em particular, que investigam aspectos específicos da compulsão lógica: os §§ 113 e 117 das OFM, Parte I. Parte importante da análise é a indicação da ligação entre as observações lógico-matemáticas e o projeto, não realizado, de publicação de um livro. Não apenas para caracterizar a organicidade entre os trechos focados e a totalidade do plano investigativo de Wittgenstein realizado entre 1936 e 1951, mas também, e principalmente, para apontar o caráter de incompletude necessário à forma de investigação conduzida no texto, o que leva a uma forma de leitura exatamente oposta àquela feita por Dummett. Na conclusão, discutiremos duas consequências dessa análise: (1) a pertinência dos conceitos de “estilo” e de “forma” para compreender o caso, e (2) a enorme distância estabelecida, no texto, entre doutrina e atividade filosófica.

O Projeto de Publicação de um Livro

Wittgenstein redigiu no MS 117, um caderno por ele mesmo denominado como “Observações Filosóficas, Volume XIII”, um conjunto de reflexões cuja finalidade era a de integrar o livro, ou as “publicações”, como ali se revela, que demonstrariam o seu pensamento dos últimos “dez anos” e o seu novo método de filosofia. Da página 110 até a 126 do manuscrito, escritas em 1938, encontramos três esboços de prefácio. Os três bastante semelhantes. Desejo destacar, porém, o seguinte trecho do primeiro desses esboços, que está nas páginas 112-113:

Eu inicio estas publicações com o fragmento da minha última tentativa ~~de uma~~ de ordenar numa sequência os meus pensamentos «↓filosóficos». Este «↓fragmento» tem talvez a vantagem ~~de que de veicular~~ «de poder veicular» de modo relativamente fácil uma noção do meu método. A «este» fragmento quero que se siga uma massa de observações em ~~ordem~~ «conexão» mais ou menos solta. Contudo, onde a disposição destas «das» conexões de observações não se ~~mostrar~~ fizer identificável, quero explicar, «indicar» (ao leitor) «:» cada observação «↓deve» ~~estar~~ «~~contar~~» ~~o seu~~ ter «um» número corrente, &, além disso, «↓~~eder~~» «↓trazer» os números (daquelas) «das </de//>» observações que com elas mantêm rela<ões> importante<s>.

Estes rascunhos foram finalmente transcritos para o datiloscrito TS 225, que efetivamente introduz o conjunto de observações que atualmente chamamos de “primeira versão”, ou então de “versão pré-guerra”, das IF (datiloscritos TS 220 e TS 221). De acordo com von Wright (1982, pp. 120-121), os editores da Cambridge University Press propuseram-se a publicar o original alemão do texto de Wittgenstein em conjunto com uma tradução paralela em inglês, o que comporia uma obra por eles referida como *Observações Filosóficas*, tal como lavrado numa ata de 30 de setembro

de 1938. Mais tarde, entretanto, segundo uma nova ata, esta do dia 21 de outubro de 1938 (*idem*, p. 121), registra-se também que “Wittgenstein estava inseguro sobre a publicação das suas *Observações Filosóficas*, mas estava realizando tratativas com um tradutor”.

Entre o primeiro esboço de prefácio do MS 117 e o texto alemão datilografado, em TS 225, existem algumas alterações interessantes. A primeira delas é a de que a palavra “publicações”, no plural, veio a ser datilografada como “publicação”, no singular; a segunda, de que os “dez anos” referidos no manuscrito tornaram-se “nove anos”, claro está que para corresponder mais exatamente ao tempo decorrido desde o retorno do autor à filosofia, fato ocorrido em 1929, e a pretendida data de publicação; e a terceira, foi o rearranjo e o melhoramento da frase final do excerto reproduzido acima, que se refere a um sistema de numeração que ligaria o “fragmento” à “massa de observações”, com a ideia de indicar aquelas observações entre as quais haveria relações importantes. O prefácio vem com data e local: “Cambridge, ~~xxx~~ agosto de 1938.” (cf. TS 225, p. IV).

Há pouco tempo atrás, no entanto, descobriu-se uma nova versão, desta vez em inglês, do mesmo datiloscrito: TS 225. Atualmente o documento está depositado na Biblioteca Nacional da Áustria, em Viena, e foi recentemente publicado e comentado por Venturinha (em 2010, pp. 182-188; cf. tb. pp. 143-156). Ocorre que a versão em inglês relativiza consideravelmente a ideia da composição das IF como uma tarefa acabada, tal como tende a pensar, por exemplo, von Wright (cf. 1982, p. 136). Sigo aqui algumas das hipóteses de Venturinha, reforçado pelo trecho do MS 117 destacado acima. Na versão inglesa do TS 225 a palavra “publicações” permanece no plural, tal qual aparece no MS 117. Além disso, existem muitas indicações de que, ao contrário do que indica o catálogo da Biblioteca Nacional da Áustria, esta tradução não é de Rush Rhees, mas do próprio Wittgenstein com a ajuda de Theodore Redpath (para os detalhes, cf. Venturinha 2010, pp. 182-186). Este conjunto de suposições, aliado ao fato de que Wittgenstein continuou desenvolvendo o seu trabalho, datilografado em *Bermerkungen I* (TS 228; cf. no diagrama abaixo), na direção não somente das IF (TS 227), mas também na direção de *Bermerkungen II* (TS 230), e de Z (TS 233),⁵ sugere a possibilidade de que ainda se pensava ali nas “publicações” que acompanhariam as IF. Sem contar ainda as ramificações paralelas hoje publicadas como OFP I (TS 229) e OFP II (TS 232), UEP I (MSS 137 e 138) e UEP II (MSS 169, 170, 171, 173, 174 e 176), AC (MSS 172, 173, e 176), e SC (MSS 172, 174-177). Tudo isto leva-nos a considerar muito mais seriamente o que se diz em um parágrafo pertencente ao MS 144, mas publicado atualmente como a última sentença da assim chamada “Parte II” das IF. Ele informa ao leitor que:

É possível para a matemática uma investigação totalmente análoga à nossa investigação da psicologia. Ela seria tão pouco matemática quanto a outra psicológica. Nela não haverá cálculo, ela não é, portanto, por exemplo, lógica formal. Ela poderia levar o nome de uma investigação dos “fundamentos da matemática”. (MS 144, p. 70).

Dado o fato de que tanto esta anotação, quanto a sua original, no MS 138 (p. 12a), são de 1949, e dado que somos obrigados a presumir que a informação nela partilhada é também uma preparação do leitor para um novo capítulo ou volume sobre os fundamentos da matemática, não seria descabido ligar estes fatores históricos e exegeticos com o que fora deixado para trás, em 1944, na investigação dos conceitos matemáticos, interpretando esta sentença do MS 144 como uma intenção de retomada do plano original, expresso no prefácio da versão pré-guerra (TS 225). Portanto, bem ao

contrário do modelo de leitura de Dummett, as OFM, Parte I, e as IF, bem poderiam ser o fragmento inicial que desse conta do método, seguida de uma massa de observações mais ou menos soltas, só que, nesta altura dos acontecimentos, bem mais estendida para dentro do escopo da filosofia da psicologia. Ela deveria ser finalizada agora pelo trabalho desenvolvido entre 1938 e 1944 na área da filosofia da matemática. Desta forma, as chamadas *Investigações Filosóficas* teriam sido mais de uma publicação.

A Radicalidade da Investigação

Este projeto, bastante ambicioso, nunca chegou a dar certo. Talvez não por causa da sua ambição, propriamente dita, mas da sua radicalidade. Testemunha em favor disto uma anotação de 1948, constante na página 144a, quase ao final do MS 136:

Não tenho nenhum direito de dar à publicação um livro no qual, simplesmente, as dificuldades que senti são expressas & mastigadas. Pois essas dificuldades são, na realidade, interessantes para mim, que nelas me meti, mas não necessariamente para a humanidade «os outros». Pois elas são particularidades do meu pensamento, condição do meu desenvolvimento. Elas pertencem, por assim dizer, a um diário, não a um livro. E se este diário ainda pudesse ser interessante para alguém, eu não poderia tampouco publicá-lo. Minhas dores de estômago não são interessantes, senão os meios – if any – que contra elas encontrei.

Neste parágrafo o autor reconhece que a *condição* do desenvolvimento do seu pensamento é expressar e mastigar dificuldades que só são interessantes para ele, que as sofre como “dores de estômago”. Reconhece que seu pensamento se desenvolve necessariamente como diário, o meio natural para expressar e remoer tais dificuldades. Daí um novo assalto de dúvida em publicar uma espécie de investigação ruminante, cuja natureza parece ser tão particular, tão individual, e, portanto, tão destituída de interesse público. Uma ordenação em forma de livro talvez lhe retirasse a importância e a naturalidade: “Quase sempre escrevo solilóquios «↓conversas comigo mesmo». ~~Coisas~~ «Assuntos» que digo para mim olho no olho” (MS 137, p. 134b). Claro está que os meios que o autor encontra contra as suas dores de estômago, e que eventualmente teriam algum interesse público, só podem ser interessantes na forma de diário.

Outra eloquente testemunha da natureza de um pensamento que parece ser tão arredio à ideia de um livro, é o próprio prefácio das IF, em todas as suas versões, mas especialmente a final, de 1945, e que faz parte do TS 227. Ali o autor explicita que o seu “pensamento logo enfraquece se ele tenta forçá-lo, contra a sua inclinação natural, a seguir em *uma* direção” (TS 227, p. 2). Segue dizendo que a natureza da investigação força-o a seguir não em um só, mas em múltiplos caminhos, a torto e a direito, sobre um amplo campo de pensamento, de modo que as observações do livro se assemelham, mais propriamente, a um conjunto de esboços de paisagens feitos no decurso de uma longa e complicada jornada. Para piorar a situação, os mesmos pontos, ou quase os mesmos pontos, são visitados novamente, e novos esboços produzidos. Alia-se a isso, também, o fato de que um incontável número destes esboços eram, na verdade, desenhos imperfeitos, de modo que novos esboços tiveram que ser reprojctados para dar uma melhor ideia da paisagem.

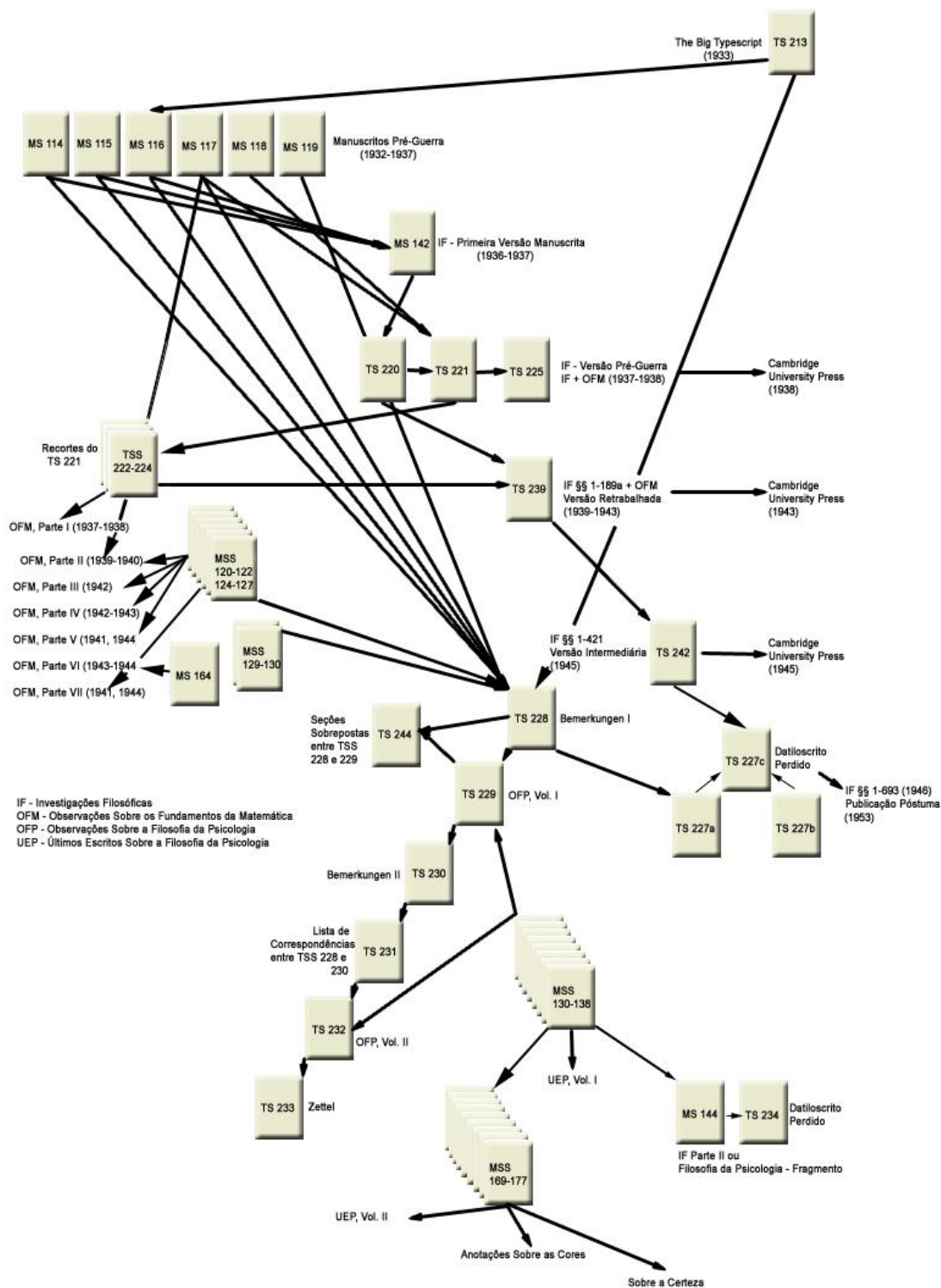
Logo depois de uma descrição que parece ser tão desalentadora, surge uma anotação imprevista, colocada por escrito ao que já estava datilografado e pronto no papel: “Portanto, na verdade, este livro é só um álbum” (TS 227, p. 2). Podemos verificar que

esta anotação extemporânea aparece em outro lugar, no MS 130 (p. 22), durante o ano de 1946, e só depois é aposta nas duas versões (A e B) do datiloscrito TS 227. Tenta-se dissolver, assim, o problema da contraposição entre a natureza da investigação e a ideia de organização linear, sequencial e contínua que subjaz ao conceito de “livro”.

Podemos supor, portanto, que a radicalidade do seu pensamento configura-se na necessidade de ruminação e de derivação livre e casual por múltiplos caminhos. Uma consequência natural de investigar a forma da linguagem não em abstrato, mas no uso concreto feito da forma (LC, p. 2). A necessidade de repassar muitas e demoradas vezes os mesmos temas provém do cuidado extremo em não se deixar enganar pelo nevoeiro, que só se dissipa quando se estuda a linguagem no seu emprego (IF § 5). Cada uso de um conceito *pode* indicar uma gramática distinta, que apenas a descrição das conexões numa apresentação panorâmica permite entrever (IF § 122). Daí a necessidade de explorar as diferenças aparentemente mais sutis. Parte do método de apresentação panorâmica consiste, por isso, em fazer uma variação da forma em situações imaginárias, a modo de experimentos mentais, cujo propósito é facilitar o trabalho de localização das conexões decisivas do conceito, as analogias e as diferenças do caso. É certo, contudo, que um trabalho como este exige o *diário* ou o *álbum* como plataforma natural da variação de pensamentos. Enxergar as conexões e, portanto, as diferenças sutis entre os usos, leva à livre multiplicação dos caminhos, à repetição exaustiva dos temas, e a um plano metodológico dentro do qual pode-se examinar eficazmente se um determinado conceito não mais se aplica no novo caso com a mesma tranquilidade que ocorria antes, no outro caso. Este método revela, assim, as confusões conceituais decorrentes do uso das palavras dentro de contextos nos quais o seu sentido se perde. Dito de outra forma, os limites dentro dos quais uma gramática estende o seu domínio revelam, por contraste, a inadequação do seu uso em outro domínio.

Seria, de fato, muito difícil que a jornada pudesse ser um dia dada por terminada, e o diário, ou o álbum, pudessem transformar-se finalmente em texto acabado na forma de livro. Cada ponto da jornada trazia consigo um novo convite para seguir adiante em nova empreitada, diferente da anterior, e os temas iam se ramificando e desdobrando em novos campos de investigação, que se reanudavam aos antigos em algum outro ponto mais distante, provenientes agora de outras sendas, ainda inéditas. Wittgenstein ainda escrevia como se nada estivesse acontecendo com a sua saúde, dois dias antes de ficar inconsciente e morrer (SC §§ 670-676). Aparentemente, a natureza da sua investigação é o inacabamento, como um jardim infinitamente extenso de vias que se bifurcam.

A figura abaixo é uma apresentação panorâmica e sucinta da parte final das suas investigações (1936-1951). A visão do conjunto já proporciona uma boa ideia dessa longa e complicada jornada a que o prefácio se refere. Ela se esclarece desta maneira:



1. Houve uma primeira tentativa de publicação das IF em 1938, em conjunto com a primeira parte das OFM (TS 221), seguida de uma desistência.

2. Depois de uma interrupção de quatro anos, durante os quais Wittgenstein continuou seu trabalho na direção da filosofia da matemática, houve uma nova tentativa de publicação, em 1943.
3. Ocorre nova desistência, enquanto Wittgenstein permanece trabalhando sobre os fundamentos da matemática. Mas propõe-se a publicar, desta feita, o que denominamos como “versão intermediária” das IF (TS 242), que já contém, em 1945, 421 seções ao todo. Pretende-se publicar o fragmento, agora, em conjunto com o TLP. Segue-se a derradeira desistência de publicação.
4. Com o TS 228 (*Bemerkungen I*), nasce um novo sendeiro no ramo da filosofia da psicologia, que vai-se estendendo continuamente na direção de Z (TS 233).
5. A partir de uma ramificação nova, nascida do interior da filosofia da psicologia, seguia se desenvolvendo a reflexão sobre as cores e a certeza, quando Wittgenstein faleceu, em 1951.
6. A chamada “Parte II” ou “Filosofia da Psicologia - Fragmentos” (MS 144; TS 234) provém do caminho traçado de dentro da filosofia da psicologia.
7. O MS 144 contém o parágrafo que prepara o leitor para a retomada das reflexões, deixadas para trás em 1944, sobre a filosofia da matemática.
8. As IF organizam-se mais naturalmente como obra inacabada, espalhada através de dezenas de diários manuscritos e datilografados, como um labirinto de muitos caminhos entrecruzados que se estende de 1929 até 1951.

OFM I, §§ 113 e 117

Em que situação estavam as discussões sobre os fundamentos da matemática no conjunto das observações que continham um “fragmento inicial” seguida de uma “massa de observações”?⁶ Consideremos que as investigações sobre os fundamentos da matemática esperavam ser retomados logo após as discussões sobre a filosofia da psicologia, como parte do longo e inacabado projeto das *Investigações Filosóficas*. É neste contexto que desejo focar as duas seções que destaquei para a discussão do estilo e da forma na investigação da compulsão lógica.

A primeira delas é o § 113 das OFM, parte I:

“Mas, então, não sou obrigado a seguir numa cadeia de inferências do modo que sigo?” – Obrigado? Eu posso muito bem seguir do jeito que quiser! – “Mas se você quiser ficar em consonância com as regras, *deve* seguir deste jeito.” – De maneira nenhuma; eu chamo *isto* de ‘consonância’. – “Então, você mudou o sentido da palavra ‘consonância’, ou o sentido de regra.” – Não; – quem diz o que quer dizer aqui ‘mudar’ ou ‘permanecer o mesmo’? Não importa quantas regras você me dê – eu lhe dou uma regra que justifica a *minha* aplicação da sua regra.

Esta seção aparece inicialmente no *Nachlass* na página 26 do MS 117, e depois no MS 118 (pp. 18v-19r), no TS 221 (p. 157) e, finalmente, no TS 222 (p. 84), desta feita na forma de recortes e rearranjos que acomodam a referida seção dentro da nova ordem em que hoje figura, desde a sua publicação póstuma em 1956, nas OFM. Originalmente, o § 113 era imediatamente seguido do atual § 115, sem, entretanto, a última frase, uma anotação manuscrita ao TS 222 (p. 87), que acrescenta um comentário sobre a possibilidade da resposta racional pelo ato divergente. E o que vinha, logo a seguir, era o atual § 117.

Se assumimos que a compulsão lógica é uma imposição que leva uma pessoa a agir irresistivelmente de acordo com a regra, o que o § 113 discute especificamente a respeito do tema “compulsão lógica”? Apenas o aspecto da *obrigação* de seguir a regra: o § 113 ocupa-se exclusivamente da pergunta pela obrigação. Será ela a própria regra ou haverá alguma coisa anterior que obriga ao seguimento da regra? Nesta seção, em particular, cogita-se sobre a “consonância” (*Einklang*), ou sobre a “vontade de estar em consonância” com a regra. Cogita-se sobre o fator psicológico decisivo por detrás da compulsão lógica. Esta discussão não vinga, naturalmente, porque não se consegue definir nem a palavra “consonância”, nem quem manda “mudar” ou “permanecer o mesmo” em relação ao sentido das palavras, ou até mesmo em relação ao que seria, propriamente falando, uma “regra”. Em conclusão, sempre haverá uma regra que justifica uma aplicação particular, ou até rebelde, de uma regra.

Recordemos que o grande precedente das discussões sobre a compulsão lógica é o TLP. No § 5.1362 o ainda jovem autor nos informa que a inferência lógica impõe uma *necessidade interna*, totalmente ausente do campo da vontade e do da causalidade, que não fazem parte do que ali se denomina como “mundo”. O § 6.37 do TLP novamente nos confirma que toda necessidade é apenas lógica, e que a compulsão está ausente da causalidade, que não é mais que uma hipótese. Ambas as seções tractarianas, entretanto, travam um combate pela jurisdição e autonomia da linguagem, como também pelo esclarecimento da absoluta distinção entre o domínio transcendental e o empírico.

Já em 1937, porém, e no § 113, estamos restritos ao lógico, e, portanto, num plano diferente das questões transcendentais da linguagem de que se ocupava aquela seção do TLP. Todavia, o que permanece ainda sem esclarecimento é o fato da própria necessidade lógica. Do ponto de vista das relações internas e estritas da linguagem, como e por que ela nos coage? A seção aventa uma hipótese psicológica, como a vontade de permanecer em consonância com os ditames de uma regra. Neste sentido, o psicológico esclareceria o linguístico: uma discussão que se seguirá no § 118, a respeito da precedência entre o lógico e o psicológico, e que encontrará também uma reverberação no § 140 das IF.

Mas a seção, especificamente, mostra ao leitor uma discussão que leva a uma conjuntura de indecidibilidade. A pergunta sobre o *quê*, leva somente ao *como*: “Não importa quantas regras você me dê – eu lhe dou uma regra que justifica a *minha* aplicação da sua regra”. A compulsão, aparentemente, se decide no plano particular do emprego da regra, sem a possibilidade de uma aplicação universal de alguma regra para a regra. A insistência na pergunta pelo *quê* provoca, involuntariamente, um retorno infinito, e lembra o § 201 das IF: “... uma regra não poderia determinar nenhum modo de agir, pois cada modo de agir pode ser colocado de acordo com a regra. (...)”. Em outras palavras, ela nos faz apenas esbarrar no gramatical, naquilo que não pode ser senão *daquele modo*. A pergunta inicial da seção, acerca da natureza da obrigação compulsiva, fica sem resposta. O leitor deveria preocupar-se, supostamente, com o porquê da sua pergunta inicial, com as razões da sua inquietude inicial, e com o fato dela tê-lo levado a um regresso infinito. Mas nada disto é sugerido explicitamente no trecho, apenas parece que está indicado.

Para os propósitos do texto, talvez seja mais importante a estrutura da argumentação do que o resultado do confronto. Vejamos como o autor mostra, no excerto, o gramatical sem mencioná-lo, fazendo com que o texto diga por ele o que realmente pretende:

113. “Mas, então, não sou obrigado a seguir numa cadeia de inferências do modo que sigo?” – Obrigado? Eu posso muito bem seguir do jeito que quiser! – “Mas se você quiser ficar em consonância com as regras, *deve seguir deste jeito.*” – De maneira nenhuma; eu chamo *isto* de ‘consonância’. – “Então, você mudou o sentido da palavra ‘consonância’, ou o sentido de regra.” – Não; – quem diz o que quer dizer aqui ‘mudar’ ou ‘permanecer o mesmo’?
 Não importa quantas regras você me dê – eu lhe dou uma regra que justifica a *minha* aplicação da sua regra.

Voz teórica:	existe uma compulsão lógica.
Voz cética:	não há nenhuma compulsão lógica.
Voz teórica:	a compulsão está na própria vontade de seguir uma regra.
Voz cética:	a vontade nada explica se ela não souber o que é “consonância”.
Voz teórica:	os sentidos de “consonância” e de “regra” são predeterminados.
Voz cética (ou Voz conclusiva?):	os sentidos são predeterminados, mas quem decide o sentido, neste caso, é o emprego ou o caso.
Voz conclusiva (ou Voz cética?):	a pergunta pela regra multiplica-se em regras sobrepostas, sem nenhuma decisão a respeito da pergunta inicial. Permanece a autoridade da primeira pessoa, ou uma gramática contra outra gramática.

Em vez de propor alguma solução ao problema da compulsão lógica, o excerto exhibe, de fato, um debate. Na verdade, o texto está revestido de uma estrutura polifônica⁷ e povoado de argumentos condensados, fatores que exigem do leitor um esforço adicional não apenas para compreender o significado de frases lacônicas, que permitem apenas o subentendimento, mas também para perceber que não é o autor que fala no texto, senão duas ou três vozes em confronto. Ademais, o leitor não consegue determinar, depois de um certo ponto, qual é precisamente a voz que está falando, pois a concisão das afirmações, juntamente com as perguntas e as respostas proferidas, embolam as linhas de raciocínio entre as diferentes vozes. Finalmente, a discussão carece de uma conclusão, porque nada se fala a respeito do assunto que desencadeou a inquietação filosófica inicial. A leitura do trecho seria, por isto, quase impossível sem a cooperação de uma atenção redobrada.

Este esforço que o texto exige do leitor acaba por introduzi-lo no interior do debate. E, precisamente nesta situação, fica muito mais fácil perceber que não é exatamente o que está sendo dito no texto o que realmente importa, isto é, aquele problema com o qual o leitor agora se envolveu, mas a *ação* que acompanha o que está sendo veiculado. De fato, temos aqui um *texto ilocucionário*, que age através do que diz. Somente depois de uma certa convivência e do conhecimento das características do texto, o leitor estaria pronto para arriscar uma interpretação do que ali se passa. A leitura convoca uma participação decididamente ativa. A forma parece ser mais importante do que o conteúdo – dando por aceita esta divisão tão discutível –, porque o texto facilita, performativamente, a troca da nossa ansiedade filosófica pela constatação de que certos tipos de perguntas nos levam a uma discussão vazia e infinita.

Vejamos como age o segundo excerto, o § 117 das OFM, Parte I:

117. De que maneira o argumento lógico é uma compulsão? – “Você admite *isto*, – e *isto*; então, você deve também admitir que *isto!*” Esta é a maneira de compelir alguém. Isto é, pode-se, assim, de fato, compelir pessoas a admitir algo. – Tal como se pode, talvez, compelir alguém, pelo comando de um dedo que aponta, a ir para lá.

Imagine que, neste caso, eu aponto ao mesmo tempo com dois dedos em duas direções diferentes, e que, assim, deixo ao outro a escolha de que direção ele quer ir – de uma outra vez, eu aponto só em *uma* direção; então, isto pode ser também expresso assim: na minha primeira ordem, não o compeli a seguir *numa* direção, mas certamente na segunda. Isto, porém, é um enunciado que deve atestar que tipos de ordens foram as minhas; mas não de que maneira elas se efetivam, se elas, de fato, compelem deste e deste modo, isto é, se ele as obedece.

Já esta seção aparece inicialmente no *Nachlass* na página 27 do MS 117. Posteriormente, surge no MS 118, pp. 19r-19v, e depois é datilografada no TS 221, p. 158a1. Finalmente, é realocada dentro de um novo entorno no TS 222, p. 90, que é a maneira como figura atualmente nas OFM. Se o § 113 discutiu a natureza da compulsão lógica, isto é, se ela obriga pela própria lógica ou pela psicologia, o § 117 dedica-se, por seu turno, a examinar especificamente o procedimento da operação, em vez do fundamento. Talvez ainda com o propósito de descobrir, agora através deste novo aspecto, a sua natureza. Veremos, novamente, que não haverá nenhuma descoberta, senão a da nossa própria inquietação.

Inicia-se, assim, a seção com uma voz que pergunta pelo “como?”, “de que maneira?”, “em que medida?”, “até que ponto?” (*inwiefern*) o argumento lógico é uma compulsão? O que se propõe a seguir, pela outra voz, a teórica, é uma explicação através de uma regra lógica, o *modus ponens*. Compelir alguém significa fazer com que essa pessoa coloque em operação uma regra lógica.

Reparemos bem porque aqui o argumento está restrito ao lógico, e não mais aberto também ao psicológico, como na seção examinada acima. Ali está escrito: “Você admite *isto* – e *isto* (...)”; e não, por exemplo: “Você *admite* isto, e, depois, *admite* isto”. É possível que o segundo “isto”, escrito depois do travessão no texto original, seja também uma admissão, uma segunda aceitação que o seguidor da regra deve necessariamente realizar antes de aplicá-la. No entanto, a estrutura do argumento parece indicar coisa diferente. Porque, dizer que:

João admite que $A \rightarrow B$ João admite que A <hr/> João admite que B.
--

..É muito diferente de dizer que:

João admite que $A \rightarrow B$ João tem A <hr/> João deve admitir que B.

Neste caso, a compulsão lógica precisa apenas de uma primeira aceitação das regras. Isto posto, todo o demais segue-se inexoravelmente pela própria força da operação. Daí o poder de previsibilidade, expresso pela declaração final “Você deve também admitir que *isto!*”. No primeiro caso, porém, todas as relações são psicológicas; quer dizer, é somente a anuência ou o consentimento em cada passo do algoritmo que dá conta da mecânica do *modus ponens*. Não há previsibilidade. Por contraste, temos que concluir que compelir pessoas a admitir algo não é uma tarefa psicológica, portanto; trata-se exclusivamente fazê-las aplicar as regras às quais elas mesmas já deram anteriormente o seu consentimento. Mais ou menos como no “convencionalismo sangue-puro” de Dummett.

Pode-se redarguir, evidentemente, que o consentimento inicial do passo não é lógico, e, sim, psicológico. Todavia, o que aqui se discute não é mais o fundamento, mas o processo da compulsão lógica, isto é, como a lógica coage ou obriga a um comportamento – e o que está em foco é a força da própria regra.

Dados os termos do raciocínio, uma voz cética propõe, então, uma comparação com o gesto de apontar o dedo. Se aceitamos que a ponta de um dedo levantada numa certa direção indica o caminho para o qual devo seguir, então sigo pelo caminho que o dedo aponta pela força da própria regra. O *modus ponens* que age no argumento é o mesmo que se aplica no gesto de apontar com o dedo.

Segue-se, então, o arremate da discussão pela proposição de um experimento mental no qual a compulsão lógica não funciona mais. Se fosse a força da própria regra que coage uma pessoa a seguir numa direção, então, quando apontássemos para duas direções diferentes, não haveria escolha possível. Logo, não há prova de que a compulsão lógica efetiva-se pela força da própria regra. Novamente, fica o leitor aqui desprovido de conclusão, mas desta vez sobre a natureza do processo da compulsão lógica.

Se nos damos conta de que absolutamente nada mais se sugere no § 117, assim como no § 113, e toda a história termina por aí, temos que convir que o trabalho exclusivo do texto terá sido desconstrutivo. Não se diz que o conceito de compulsão lógica existe ou não existe, ou que serve para alguma coisa ou não serve para nada. Nem se diz que ele, absolutamente, não opera pela própria força da regra lógica, ou que sim, que ele de fato opera. A parte doutrinária, porém, fica por conta e risco do leitor. Como saldo, resta apenas que o leitor evitará, caso queira utilizar o conceito de compulsão lógica, aplicá-lo fora do âmbito no qual ele tem algum sentido, o da necessidade lógica. Conclui-se, portanto, que a compulsão lógica é uma gramática, não um dado empírico capaz de ser manipulado objetivamente em subsunções universais, e só faz parte das operações matemáticas vistas do ponto de vista pragmático. O detalhe é que nada disso é dito explicitamente ali, trata-se apenas do texto que atua performativamente a favor de uma ética deflacionária de redução da metafísica aos seus empregos ordinários (cf. IF § 116).

Estilo e Forma

Para retomar o objetivo deste artigo, talvez valha a pena reproduzir uma seção do MS 137, escrita em 4 de janeiro de 1949, nas páginas 140a-140b. Ela está publicada atualmente em CV, p. 89:

“Le stile c’est l’homme” “Le stile c’est l’homme même”. A primeira expressão é de uma brevidade «↓epigramática» barata. A segunda, «↓correta» abre uma perspectiva totalmente diferente. Ela diz que o estilo é «↓seria» a imagem da pessoa.

É possível que Wittgenstein estivesse pensando, tal como interpreta, por exemplo, Cavell (2004, pp. 32-33), numa concepção de estilo como “assinatura”. Assim sendo, com a reprodução em duas versões do dito de De Buffon, o autor estaria, na verdade, referindo-se indiretamente ao seu próprio texto. A primeira frase, que não lhe agrada, supostamente sugere que o estilo é a roupa do escritor, o que, no seu caso, levaria a péssimas interpretações. Lembremos que Wittgenstein se considerava mau escritor (cf. CV, pp. 45, 60, 75), portanto a primeira frase seria a de quem avalia o caráter de uma pessoa pelas roupas que veste. A segunda frase, que Wittgenstein atesta que é a correta (e é a que realmente foi escrita por De Buffon), contém o detalhe estilístico do pequeno acréscimo de um advérbio, muito característico da língua francesa, e que, por isto, diz coisa totalmente distinta da primeira frase, ao apontar para a imagem da pessoa por detrás do estilo. Segundo Cavell, deveríamos concluir que as duas frases sobre o estilo estariam ali para indicar a ética manifesta na escrita (cf. 2004, p. 33).

Desejo, porém, afastar-me da visão de estilo como assinatura. Por dois motivos: primeiro, porque o contexto imediato da citação, não reproduzida por CV, indica uma direção de leitura diferente. Duas seções antes dessa, Wittgenstein anota:

Pendura-se muitas vezes aforismos na parede. Mas não teoremas da geometria «mecânica». Nossa relação com estes dois. (MS 137, p. 140a).

E, na seção seguinte, considera a gramática do “ver assim”:

“Se vejo a coisa assim, então ela se ajusta ao restante «bom para isto, mas não para isto». Isto é um jogo de linguagem bem determinado com a expressão “ver ~~isto como isto~~ «algo assim». E o critério do ‘ver assim’ é aqui diferente do caso da geometria descritiva. (MS 137, p. 140a).

Pergunto-me, então, por que não pensar na apresentação de duas versões do aforismo de De Buffon como casos do jogo de linguagem do “ver assim”, e da nossa relação com um desses aforismos que bem poderia estar pendurado numa parede?

O segundo motivo pelo qual desejo afastar-me da visão de estilo como assinatura, é, naturalmente, para evitar o emprego de um conceito psicológico que em nada combina com o espírito da filosofia de Wittgenstein.

Na verdade, não gostaria de lançar mão nem mesmo de algum conceito linguístico ou filosófico, tanto de “estilo” quanto de “forma”, apenas para descrever a maneira como a escrita wittgensteiniana interage com o leitor. O *estilo* e a *forma* servem para compreender o caso de Wittgenstein, mas provavelmente não se prestarão a todos os casos de texto filosófico ou literário. Trata-se aqui, exatamente, da gramática do “ver assim”.

O fato é que a “forma” a que me refiro neste artigo não pode ser senão a do *álbum*, ou a do *diário*, que leva o leitor a experimentar, aleatoriamente, variações de pensamento que necessitam, para o conforto da aplicação do método, da liberdade assistemática na qual se acumulam as múltiplas seções das investigações filosóficas, e da independência e autonomia de cada voz envolvida no diálogo em relação ao autor do texto. A forma

nada mais é do que “os meios” que o autor encontrou contra as suas dores de estômago. É ela que é interessante.

E o “estilo”? Este tampouco não pode ser senão a expressão dessa forma. Entre o estilo e a forma, neste caso, há uma *relação funcional* (Genova, 1979, pp. 320-322). Para veicular uma forma dialógica, polifônica, não-hierarquizada e assistemática, o estilo de “álbum” afigura-se como perfeitamente adequado, o que não se pode dizer do estilo de “livro”. Naturalmente, nem toda forma relaciona-se funcionalmente a um estilo. É totalmente indiferente dizer “Eu estou na casa” ou “Na casa estou eu”, se não há uma relação funcional entre a forma e a expressão. Parece-me que é isto, precisamente, o que Wittgenstein busca na reprodução das frases de De Buffon acima: desvendar o estilo do aforismo, ou seja, como a sua forma opera no leitor, como ela expressa, como se estabelece a sua gramática. Vendo a investigação conceitual de Wittgenstein desta maneira, compreendemos que o texto age mais pela forma do que pelo conteúdo. Ele constitui, digamos assim, um *texto terapêutico*.

Mas o que seria isso? Desde a época do seu retorno à filosofia Wittgenstein se preocupou em apurar uma forma que conduzisse do “erro” à “verdade”:

Deve-se começar pelo erro e convertê-lo à verdade.

Isto é, deve-se expor a fonte do erro, senão de nada serve ouvir a verdade. Ela não pode penetrar quando outra coisa ocupa o seu lugar.

Para se convencer alguém da verdade, não é suficiente constatá-la, mas deve-se encontrar o *caminho* do erro para a verdade. (ORD, p. 22)

É possível que na segunda metade dos anos 30, quando redigia as OFM, ele já estivesse convencido pelo método de nada sugerir: “A filosofia, simplesmente, coloca tudo a nu, e não explica nem deduz nada” (IF § 126). Que simplesmente pelo deslocamento dos termos que comumente usamos, se facilitasse, pelo efeito de estranhamento, a criação de uma possibilidade de mudança de visão: “Eu tenho que mergulhar repetidamente na água da dúvida”, dizia ele em ORD (p. 23), por volta de 1931. Mas no final dos anos 40, dizia: “Deixa-se ao leitor o que ele pode fazer” (MS 137, p. 134b). O texto terapêutico é justamente aquele que serve não somente para ser interpretado, mas que, além disso, pode modificar a visão do leitor que o interpreta. Acredito que o meio que nosso autor encontrou para isto foi a forma dialógica do diário. Ela, e não o livro, é que é interessante.

E aqui podemos retomar, finalmente, uma das inquietudes de Dummett, que considerava que as OFM estavam inconclusas, sobretudo quando se as comparava com as IF. Esta leitura só é possível na gramática do livro. Mas na gramática do álbum, a falta de conclusões e sugestões é parte da força persuasiva do texto. Assim como também a ramificação contínua e assistemática das observações filosóficas é parte essencial da natureza pesquisa. O que parece estar incompleto dentro de uma perspectiva, na outra é condição necessária da investigação e dos efeitos que se pretende, com ela, alcançar. Portanto, os textos inconclusos e o inacabamento das investigações conformam, na gramática do álbum, o estilo do texto. Sem esse estilo não se percebe que a questão não é doutrinária, mas de mudança de visão; que a discussão filosófica da matemática está umbelicalmente ligada à discussão sobre regras, argumentos privados, vontade, cores, certeza; e que a investigação filosófica de Wittgenstein não é sobre os objetos matemáticos em si, mas sobre a sua possibilidade (cf. IF § 90), ou, em outras palavras, sobre a falta de compreensão da gramática

daquelas operações que nos leva, sem que nos demos conta, às perguntas mais bizarras. Como, por exemplo, à pergunta sobre a natureza da compulsão lógica. Não confundir as gramáticas, pesquisando as diferenças, nem se deixar enganar pelas analogias, sugeridas pela maneira como lidamos com a forma da linguagem, é parte essencial da compreensão correta das investigações matemáticas de Wittgenstein. Estas nada têm a ver com doutrinas, são somente atividades.

Referências Bibliográficas

- CAVELL, S. “The *Investigations*’ Everyday Aesthetics of Itself”. Em: Gibson, J. & Huemer, W. (eds.) *The Literary Wittgenstein*. London: Routledge, 2004, p. 21-33.
- DUMMETT, M. “Wittgenstein’s Philosophy of Mathematics”. Em: Dummett, M. *Truth and Other Enigmas*. Cambridge: Harvard University Press, p. 166-185, 1978.
- FLOYD, J. “Wittgenstein, Mathematics, and Philosophy”. Em: Crary, A. & Read, R. (eds.) *The New Wittgenstein*. London: Routledge, 2000, p. 232-261.
- FRASCOLLA, P. *Wittgenstein’s Philosophy of Mathematics*. London: Routledge, 1994.
- GENOVA, J. “The Significance of Style”. Em: *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, Vol. 37, No. 3, 1979, p. 315-324.
- MARION, M. *Wittgenstein, Finitism and the Foundations of Mathematics*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- MONK, R. “Bourgeois, Bolshevik or Anarchist? The Reception of Wittgenstein’s Philosophy of Mathematics”. Em: Kahane, G., Kanterian, E., Kuusela, O. (eds.) *Wittgenstein and His Interpreters*. Essays in Memory of Gordon Baker. London: Blackwell Publishing, 2007, p. 269-294.
- PICHLER, A. *Wittgensteins Philosophische Untersuchungen: Vom Buch zum Album*. Amsterdam: Rodopi, 2004.
- ROSA, M. “Wittgenstein, Necessidade e Linguagem”. In: *Analytica*, vol. 14, número 1, 2010, p. 53-81.
- VENTURINHA, N. “A Re-Evaluation of the *Philosophical Investigations*”. Em: Venturinha, N (ed.) *Wittgenstein After His Nachlass*. London: Palgrave Macmillan, 2010, p. 143-156.
- Von WRIGHT, G. H. “The Origin and Composition of the *Philosophic Investigations*.” Em: Von Wright, G.H. *Wittgenstein*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p. 111-136.
- _____. “The Wittgenstein Papers”. Em: Wittgenstein, L. *Philosophical Occasions: 1912-1951*. Edited by Klagge, J. & Nordmann, A. Indianapolis: Hackett Publishing Co, 1993, p. 480-510.

WACHBROIT, R. "Logical Compulsion and Necessity". In: *Erkenntnis*, Vol. 26, No. 1, 1987, p. 45-56.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1967a). *Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology & Religious Belief*. Edited by Barrett, C. Berkeley: University of California Press, 1967a.

_____. *Zettel*. Edited by Anscombe, G.E.M. & von Wright, G.H.. Berkeley: University of California Press, 1967b.

_____. *On Certainty*. Translated by Paul, D. & Anscombe, G.E.M. New York: Harper Torchbooks, 1969.

_____. *Remarks on the Foundations of Mathematics*. Rev. 3rd ed. Translated by Anscombe, G.E.M.. Oxford: Blackwell, 1978.

_____. *Remarks on the Philosophy of Psychology*, Vol I. Edited by Anscombe, G.E.M. & von Wright, G.H. Oxford: Basil Blackwell, 1980a

_____. *Remarks on the Philosophy of Psychology*, Vol II. Edited by von Wright, G.H. & Nyman, H. Oxford: Basil Blackwell, 1980b

_____. *Last Writings on the Philosophy of Psychology*, Vol I. Edited by von Wright, G.H. & Nyman, H.. Oxford: Basil Blackwell, 1982

_____. *Last Writings on the Philosophy of Psychology*, Vol II. Edited by von Wright, G.H. & Nyman, H. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

_____. *Culture and Value*. Edited by G. H. von Wright & Heikki Nyman. Rev. ed. by Pichler, A. London: Blackwell Publishers, 1998.

_____. *Wittgenstein's Nachlass: The Bergen Electronic Edition*. Edited by The Wittgenstein Archives at the University of Bergen. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução de Santos, L.H. São Paulo: Edusp, 2001a.

_____. *Philosophische Untersuchungen: Kritisch-genetische Edition*. Edited by Schulte, J., Nyman, H., von Savigny, E., von Wright, G.H.. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001b.

_____. *The Big Typescript: TS 213*. Ed. and transl. Luckhardt, C.G., Aue, M.A.E.. London: Blackwell Publishing, 2005.

_____. *Philosophical Investigations*. Transl. by Anscombe, G.E.M., Hacker, P. M. S., Schulte, J. Revised 4th ed. London: Wiley-Blackwell, 2009a.

_____. *Anotações Sobre as Cores*. Trad. de Silva, J.C.S.P. Campinas: Editora da Unicamp, 2009b.

_____. *Observações Sobre “O Ramo Dourado” de Frazer*. Trad. de Almeida, J.J. Porto: Deriva Editores, 2011.

WRIGHT, C. *Wittgenstein on the Foundations of Mathematics*. London: Duckworth, 1980.

Resumo: Este artigo analisa o processo de investigação da compulsão lógica em duas seções das *Observações Sobre os Fundamentos da Matemática*, Parte I: os §§ 113 e 117. Dá-se relevo à conexão do material de investigação dos conceitos lógico-matemáticos com as *Investigações Filosóficas*, ao caráter de inacabamento do projeto de publicação de um livro, e à força ilocucionária dos excertos analisados. O objetivo final do artigo é o de estabelecer uma relação entre estilo e forma no texto de Wittgenstein, e, ao mesmo tempo, indicar uma certa inadequação entre afirmação doutrinária e discussão conceitual.

Palavras-chave: Wittgenstein, compulsão lógica, estilo, forma.

Abstract: This paper examines the investigation process employed in the discussion of the logical compulsion in two sections from the *Remarks on the Foundations of Mathematics*, Part I: §§ 113 and 117. The emphasis is put on the connection between the mathematical discussions and the *Philosophical Investigations*, on the unfinished character of the project of publishing a book, and on the illocutionary force of the analyzed excerpts. The final goal is to establish a relationship between style and form in the Wittgensteinian texts, and, at the same time, to point out a certain inadequacy between doctrinary statement and conceptual investigation.

Keywords: Wittgenstein, logical compulsion, style, form.

¹ Digo “caso clássico” não apenas porque o texto de Dummett tornou-se paradigmático na interpretação da filosofia da matemática de Wittgenstein, mas também porque o seu erro de leitura é lembrado por filósofos tão proeminentes quanto Floyd (2000) ou Monk (2007). Mas a leitura doutrinária da filosofia da matemática de Wittgenstein é típica também de Wright (1980), Frascolla (1994) e Marion (1998).

² Utilizo as seguintes abreviaturas para as obras de Wittgenstein citadas no artigo: LC (*Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief* (Wittgenstein, 1967a); Z (Zettel: Wittgenstein, 1967b); SC (*Sobre a Certeza*: Wittgenstein, 1969); OFM (*Observações Sobre os Fundamentos da Matemática*: Wittgenstein, 1978); OFP (*Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*: Wittgenstein, 1980); UEP (*Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*: Wittgenstein, 1982); CV (*Cultura e Valor*: Wittgenstein, 1998); MS (manuscrito do *Nachlass* – Wittgenstein, 2000); TS (datiloscrito do *Nachlass* – Wittgenstein, 2000), – as numerações dos MSS e TSS correspondem ao catálogo de von Wright (1993); TLP (*Tractatus Logico-Philosophicus*: Wittgenstein, 2001b); BT (*The Big*

Typescript: Wittgenstein, 2005); IF (*Investigações Filosóficas*: Wittgenstein, 2009a); AC (*Anotações Sobre as Cores*: Wittgenstein, 2009b); ORD (*Observações Sobre “O Ramo Dourado” de Frazer*: Wittgenstein, 2011). Todas as traduções realizadas no artigo são de minha responsabilidade.

³ “Certamente na sua discussão de Cantor ele não demonstra nenhuma timidez em ‘interferir com os matemáticos’” (Dummett, 1978, p. 168).

⁴ O texto é de 1949, e textualmente diz: “Quero denominar as Observações sobre a Matemática, que pertencem a estas «minhas» Investigações Filosóficas, como ~~“matemática infantil”~~ “começos da matemática.” Isto indica claramente a intenção de restituir uma matemática despida de filosofia.

⁵ *Zettel* são recortes de datiloscritos compreendidos entre 1929 e 1948, realizados provavelmente com a intenção de fazer um novo arranjo e datilografia do material.

⁶ A literatura especializada não chega a um acordo sobre o que, precisamente, Wittgenstein quer dizer com “fragmento” e “massa de observações”. Cf. Venturinha, 2010, p. 145-147.

⁷ O empréstimo do conceito bakhtiniano não pretende sugerir uma leitura bakhtiniana do texto de Wittgenstein. Do mesmo modo que o empréstimo do termo “ilocucionário”, logo abaixo, não pretende sugerir uma leitura pragmática do texto de Wittgenstein. Em ambos os casos, correríamos o risco de impor novamente doutrinas ao autor.